

Discussões sobre necropolítica educacional de travestis-transsexuais-transgêneros em Mato Grosso do Sul

Discussions on transvestite-transsexual-transgender educational necropolitics in Mato Grosso do Sul

Discusiones sobre la necropolítica educativa de travestis-transsexuales-transgêneros en Mato Grosso do Sul

Fernando Guimarães Oliveira da Silva¹

Resumo

Apresento os resultados de um projeto de pesquisa desenvolvido junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Antirracista, Direitos Humanos e Diversidades (NEPEA) de uma universidade pública sul-mato-grossense. A pesquisa utilizou epistemologias decoloniais em educação, a partir das quais realizaram-se levantamentos teóricos de parte da produção acadêmica do estado de Mato Grosso do Sul sobre o acesso, permanência e conclusão da escolarização de travestis-transsexuais-transgêneros. A partir deste levantamento, foi possível criar quadros com a quantidade, perfil e as experiências dessas alunas no estado do pantanal. Com esses dados, realizaram-se apontamentos capazes de gerar conhecimentos sobre as especificidades de uma necropolítica educacional nesta regionalidade. Os apontamentos conclusivos explicitam que: 1) há a presença destes corpos em processos de escolarização no Estado; 2) experiências de expulsão compulsória no passado (décadas de 80, 90 e início de 2000) e 3) a ausência da intelectualidade trans no campo da produção acadêmica das universidades.

Palavras-chave: educação; trans; necropolítica.

Abstract

I present the results of a research project carried out at the Center for Studies and Research in Anti-Racist Education, Human Rights and Diversity (NEPEA) of a public university in the state of Mato Grosso do Sul. The research used decolonial epistemologies in education, based on which theoretical surveys were carried out concerning part of the academic production in the state of Mato Grosso do Sul on access, permanence and completion of schooling for transvestite-transsexual-transgender people. From this survey, it was possible to create tables with the number, profile and experiences of these students in the pantanal state. With this data, we were able to generate knowledge about the specificities of an educational necropolitics in this region. The conclusions were that: 1) the presence of these bodies in the state's schooling processes; 2) experiences of compulsory expulsion in the past (1980s, 1990s and early 2000s) and 3) the absence of trans intellectuals in the field of academic production at universities.

Keywords: education; trans; necropolitics.

Resumen

Presento los resultados de una investigación realizada en el Centro de Estudios e Investigaciones en Educación Antirracista, Derechos Humanos y Diversidad (NEPEA) de una universidad pública del estado de Mato Grosso do Sul. La investigación utilizó epistemologías decoloniales en educación, donde se realizaron relevamientos teóricos de parte de la producción académica del estado de Mato Grosso do Sul sobre el acceso, permanencia y conclusión de la escolaridad de personas travestis-transsexuales-transgénero. A partir de esta encuesta fue posible crear tablas que muestran el número, el perfil y las experiencias de estos estudiantes en el estado de pantanal. Con estos datos, pudimos generar

¹ UEMS, Paranaíba/MS – Brasil. E-mail: fernando.oliveira@uems.br. ORCID: [0000-0002-5428-2870](https://orcid.org/0000-0002-5428-2870).

conocimiento sobre las especificidades de una necropolítica educativa en esta región. Las conclusiones fueron que 1) la presencia de estos cuerpos en los procesos de escolarización del estado; 2) las experiencias de expulsión obligatoria en el pasado (décadas de 1980, 1990 y principios de 2000) y 3) la ausencia de intelectuales trans en el campo de la producción académica en las universidades.

Palabras clave: educación; trans; necropolítica.

Introdução²

Sei que posso ser alvo do discurso de que não ocupo o lugar de fala ao realizar um diálogo científico com corpos que compõem localizações no âmbito da sigla LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis-transsexuais-transgêneros, intersexuais e pluralidades). As formas de violências direcionadas para cada uma das pessoas que compõem tais siglas possuem especificidades. Estas, por sua vez, são focos de estudos particulares que justificariam uma pretensão de fragilidade. Importo-me em justificar tal pretensão de fragilidade, porque ocupo um ponto de localização como um corpo que já sofreu com a LGBTI+fobia por ser *gay*. Mas, poderia ser frágil ao tentar realizar um estudo sobre travestis-transsexuais-transgêneros. Usei, para evitar fragilização, recursos teórico-metodológicos que validassem a intelectualidade trans e, sobretudo, legitimassem as experiências vividas pelas interlocutoras das pesquisas levantadas.

Esta pesquisa pretende caracterizar a produção de conhecimento que corpos não cisgêneros realizam no contato com as instituições educacionais e os procedimentos de escolarização no interior do estado de Mato Grosso do Sul (MS). Nesse caso, ao abordar as dificuldades enfrentadas por travestis-transsexuais-transgêneros nas escolas, acionam-se problemas gerados pela relação com as outras pessoas da escola – os(as)³ profissionais da educação. É preciso concordar com Sandra Corazza (2008) quando a autora afirma que a escola reflete a sociedade. Nela, podemos encontrar um ambiente em que a rejeição, aversão e outras formas de violências causam processos de precarização e de desumanização LGBTI+, porque refletem as tantas violações que atingem corpos LGBTI+ em cenas cotidianas brasileiras.

Mas há corpos LGBTI+ que se fazem resistência às políticas de desumanização. Mesmo diante de situações que podem caracterizar mais desistência que resistência, devido à amplitude das violações presentes que podem expulsar estudantes travestis-transsexuais-transgêneros das escolas, o objetivo é dialogar com o campo científico das pesquisas em educação para entender como corpos travestis-transsexuais-transgêneros podem sofrer com o conceito do que, aqui, tentarei caracterizar, às vezes sem o esforço intelectual necessário, de “necropolítica educacional”. No entanto, trato de apontamentos

² O primeiro exercício político de resistência e desprendimento com a colonialidade, neste texto, é o de se posicionar em primeira pessoa em um texto científico. Ao propor o uso da primeira pessoa, realizo uma prática decolonial de agir com desobediência epistêmica nos termos de Mignolo (2008). Com isso, quero caracterizar que tenho uma identificação política com as discussões que envolvem pensar um (c)istema educacional precarizado para corpos trans, desaprendendo a se posicionar de modo imparcial na linguagem científica.

³ Outra questão importante é o uso da linguagem não binária, especialmente na região do estado do pantanal. Desde 2021, há dispositivos que proíbem o uso da linguagem neutra nas escolas da rede estadual. Nesse sentido, continuar com esse posicionamento de uso da linguagem não binária e/ou neutra é uma forma de radicalizar-se contra os sujeitos político-partidários e outras redes que agem a favor de uma ofensiva antigênero.

científicos.

Vergueiro (2015), em sua dissertação de mestrado, posicionou-se com o termo sistema-mundo, com a letra “c” ao invés de “s”. Com a leitura proposta por Vergueiro (2015), destaco o que pretendo com este projeto de pesquisa: despregar-me de hierarquizações epistêmicas que excluem corpos-existências não cisgêneras de ocupações no campo da norma. Estar presente na escola representa uma ocupação no campo da norma; este espaço erigiu-se aos padrões eurocentrados no cruzamento do patriarcado brancocêntrico e racista como um padrão de poder com força de determinar normalidade e anormalidade.

Entender o lugar de fala, como bem propõe Djamila Ribeiro (2017), é um pressuposto essencial na eleição de pesquisas (dissertações, artigos e teses) da proposta deste estudo, um projeto de pesquisa em andamento, com o título de **A necropolítica educacional a partir de itinerários formativos projetados por travestis-transexuais-transgêneros trabalhadoras sexuais e/ou putas da Rodovia Vital Brasil, em Jardim/MS (ago/2021 a ago/2024)** (SILVA, 2021).

Poetizar os corpos-existências no terreno das diferenças coloniais não cisgêneras (refiro-me às pessoas LGBTI+) é posicionar-se com afronte em relação ao sistema-mundo (VERGUEIRO, 2015) cisheteronormativo. O problema, então, é: compreender como o encontro com o sistema-mundo estabelecido nos ambientes escolares afeta projetos particulares de escolarização de travestis-transexuais-transgêneros? Ao deparar-se com o sistema-mundo-escolar, elas encontram mais apoio ou a eliminação dos projetos educacionais formativos desejados? Isso nos dá condições de entender como está o itinerário formativo dessas pessoas no estado do pantanal.

Para posicionar-se academicamente na seara que se pretende pesquisar, é preciso desterritorializar-se de concepções canônicas e desaprender a “geografia do raciocínio” (MIGNOLO, 2008) que se utiliza de práticas de pesquisa extremamente distantes da forma como estes grupos se organizam, expressam, vivem etc. Compete ao pesquisador distanciar-se de práticas as quais desconsideram que essas pessoas pensam/agem/sentem fora da norma; é preciso entendê-las como quem ocupa o lugar de humano do seu jeito. Certa vez, tive o prazer de me encontrar com os escritos de Corazza (2012), que me auxiliaram a realizar os primeiros movimentos de despreçamento do formato tradicional de pesquisa, especialmente aquele em que você usa as pessoas como objeto de pesquisa, não dá retorno ou não as faz pensar sobre o assunto pesquisado.

Corazza (2008) caracterizou os seus enfrentamentos dentro do campo das pesquisas em educação para firmar-se, enquanto pesquisadora, a partir de olhares outros das pesquisas em currículo sob os enfoques deleuzianos e guatarrianos. Com ela, aprendi a me perguntar: como pode acontecer um pensar-ensinar, um pesquisar-criticar, um ler-escrever, um diferir-artistar na educação de hoje? Encontrei conforto em uma resposta, acredito que passageira para isso, a de que: “A Pesquisa investe, portanto, contra tudo aquilo ao qual o pensamento se dirige: a besteira, o erro, a superstição, a ideologia, a estupidez, o senso comum, o bom senso, a opinião, a comunicação” (CORAZZA, 2008, p. 17).

A pesquisa nos oferece aportes para entender que os resultados que geramos em

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas são vírgulas, as quais denotam que nossos estudos são pausas em um assunto até que apareça alguém para acrescentar ou para defasar. Entendi muito bem esse recado ao tomar como fundamento que disparou esse projeto de pesquisa a necessidade de acrescentar, aguardando que algum estudioso(a)-pesquisador(a) venha acrescentar com críticas ou elogios. Muito me interessa e acredito que é necessário esse movimento dentro da universidade, confiando que o conhecimento científico deve ser um campo aberto ao diálogo constante.

No projeto de pesquisa que denominei **Contribuições da interseccionalidade com as diferenças para se problematizar o saber-fazer docente** (SILVA, 2019), perdi-me em muitos pensamentos, obviamente científicos, a respeito das dificuldades que colegas professores(as) de educação básica têm de articular o conhecimento pedagógico de suas áreas com as demarcações das diferenças que fazem parte do cotidiano de vidas de seus(as) alunos(as). Preocupe-me, de início, com o encontro científico com as dissertações e teses catalogadas nas plataformas do Instituto Brasileiro de Inovação, Ciência e Tecnologia (IBICT) e o do Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), conseguindo avançar para os artigos científicos do *Google Acadêmico*. Como resultado desse projeto de pesquisa, criei o que hoje é denominado de Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educaç(ões) Antirracistas, Direitos Humanos e Diversidades (NEPEA), como um movimento contra-hegemônico e decolonial para discutir práticas de ensino e aprendizagem que se posicionam na contramão do cânone, a favor da desobediência epistêmica e da insubmissão teórica.

Além disso, este projeto me fez observar que existem muitas pesquisas em diferentes “Brasis”, universidades e grandes centros de pesquisa no país, o que demonstra que o assunto de fazer a escolarização chegar o mais próximo possível da realidade identitária e das diferenças de nossa alunada da educação básica está acontecendo. No entanto, há regiões e áreas do conhecimento que ainda não realizam este diálogo. É o caso da nossa região sul-mato-grossense e, também, das áreas de Ciências exatas e biológicas. Pouco ou nada se encontra nas pesquisas de pós-graduação e artigos científicos na articulação entre Matemática, Física, Química, Ciências (SILVA, 2022).

Nos termos de Newton Duarte (2018), o objetivo das escolas era evitar que o currículo tivesse um viés beligerante, armamentista e obscurantista, por um lado; mas que também, por outro, pudesse estar aberto para debater pautas de temáticas que demonstram a necessidade de posicionamento pedagógico contrário ao avanço do negacionismo e de defesas antiescola pública⁴. Pensei que, para dar conta de entender esse processo de apagamento existencial de certos grupos localizados em demarcações das diferenças, seria preciso um estudo científico que valorizasse a “experiência vivida”, como aprendi com bell hooks (2017).

Ensinar a transgredir, nos textos de hooks (2017), é uma forma de encontrar fundamento para o que acontece no ambiente educacional que, a meu ver, é a expulsão compulsória de corpos-existências que não se enquadram em sistemas cis-hetero-

⁴ Para o aprofundamento no debate sobre os reflexos do movimento conservador na educação pública, o Programa Escola sem partido, sugere-se o vídeo de Gaudêncio Frigotto (2017).

brancocêntricos como princípio de formatação do humano e de tudo que é ligado a ele. Para não parecer que este texto é de opinião, cito algumas pesquisas como: Megg Rayara (2017), Rodrigo Casteleira (2022), Viviane Vergueiro (2015).

A perspectiva de necropolítica cunhada por Achille Mbembe (2016) pode ser usada para entender o porquê de alguns corpos-existências serem expulsos do direito de estar no ambiente escolar, utilizando como justificativa a ideia de que “esse pessoal” não gosta de permanecer em ambiente onde haja regras ou “que não quer nada com nada”; enfim, uma série de justificativas utilizadas como fundamento para o fracasso.

Amparo-me no fundamento de que a adoção de uma abordagem decolonial das pesquisas em educação pode oferecer condições de interpretar processos de despregamento da norma para compreender corpos-existências da diferença e a articulação de seus projetos formativos dentro do sistema educacional vigente. Com isso, realizar possíveis apontamentos de uma necropolítica educacional presente, ou não, na região pantaneira. É válido ponderar que o conceito de necropolítica será aplicado para entender a expulsão compulsória dos projetos de vida escolar de travestis-transexuais-transgêneros, deixando apontamentos de uma leitura científica para a aplicação do conceito no âmbito das pesquisas em educação.

Metodologia

A escrivência de Conceição Evaristo (2014) pode ser um exercício teórico-metodológico em busca de um porquê para fazer pesquisa. Em minhas pesquisas, projeto um lugar onde eu posso pensar um mundo mais humano, digno e possível de ser oportunamente vivido por todas as pessoas, independente das diferenças que a colonialidade entranhou. Apreendi a transgredir com hooks (2017) quando li que as suas experiências vividas foram elevadas para o campo da cientificidade e representaram um lugar de cura. Ter a teoria e a ciência como uma cura para enfrentar os sofrimentos criados nas dificuldades de aceitar as políticas de morte do tempo presente é uma prática teórico-metodológica de engajar-se na busca por epistemologias desobedientes no campo das pesquisas em educação.

Walter Mignolo (2008, p. 290) afirma que posicionar-se politicamente em pesquisa a partir da desobediência epistêmica requer entender que “[...] a opção descolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação do conhecimento”. Esse trecho do autor justifica a minha preocupação epistêmica, a de querer que essa pesquisa seja parte de um espaço-tempo em que eu possa realizar desaprendizagens de cânones sem perder a rigorosidade científica que os estudos em minha área exigem, e virtuosamente reconduzir a geografia do meu pensamento. Para isso, acredito que é mais que necessário usar de fontes teóricas insubmissas e que se manifestam com uma expressão radicalmente requisitoria de novas atenções para o grupo de que fazem parte, como: Sara York, Megg Rayara, Jota Mombaça, Lua de Abreu, Paul Preciado, Bruna Benevides etc.

Sara York, Megg de Oliveira e Bruna Benevides (2020) escreveram **Manifestações**

textuais (insubmissas) travesti. Em muitos eventos de que elas participam, as autoras narram que tiveram de mudar o uso do termo “manifesto travesti” por uma questão academicista institucional. Ao pontuarem esse enquadramento, as autoras demonstram as limitações que o campo da cientificidade tem para acolhê-las. É preciso modalizar certos termos para reduzir o impacto que eles podem gerar no mundo do cânone da pesquisa. O fato de dizer tão tranquilamente termos como travesti tem potencial discursivo que pode gerar problemas para a pesquisa em educação encalacrada com moralidades. Mas é preciso provocar a partir de lugares de fala do pessoal das terras da estranheza.

Isso me fez sentir que é preciso desaprender essa prática de pesquisa. Tive a oportunidade de apresentar as considerações parciais do um projeto de pesquisa no **X Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnico-racial e de Gênero (CINABEH) on line**, onde conheci Ádrian Barboza (2021), na ocasião, mestranda em Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Ela apresentou um trabalho intitulado **Desaprendizagens, pensamento fronteiro-queer e a sala de aula**. Ádrian me fez pensar na ideia sobre o que ela vinha denominando de desaprendizagem na educação básica, que é relevante transpor para o ensino superior.

Na condição de professor-pesquisador credenciado junto a um Programa de Pós-graduação em educação, encontro acolhida em Jota Mombaça (2016), quando aponta os rastros de uma submetodologia indisciplinada, utilizando para tal as pegadas de uma passagem por Natal/RN, onde conheceu a performance denominada de Terço, de Pêdra. Mombaça (2016) qualificou, no contexto de intelectualidade, as interações realizadas em três anos com Pêdra virtualmente, dando significado para esses diálogos de compartilhamento de saberes, descolando-se da doentia forma de posicionamento científico neutro e imparcial com “os famosos sujeitos de pesquisa”.

Mombaça (2016, p. 342) afirma que: “Nessa trilha monstruosa a que fui impelida pela passagem de Pêdra, tive então de procurar constituir uma estratégia metodológica gerativa, processual, com o maior número possível de variáveis abertas.” A despeito da disciplina que Mombaça (2016) intelectualmente teve que se submeter no ambiente institucional, a que esteve ligada, a da Ciência Sociais, venho tentando também gerar incômodos em meus alunos(as) da pós-graduação, dando-lhes vazão para metodologias subversivas e insubmissas nas pesquisas em educação.

De todo o modo, não faço alusão ao princípio de que o espaço das pesquisas não precisa da adoção de um método, abordagem e técnicas de coletas de dados coerentes a um plano intelectual do saber. Encorajo o acolhimento de formas outras de se gerar conhecimento na área de Ciências Humanas que estejam completamente preenchidas de “saberes-outros” (WALSH, 2007) de existências diferentes nos terreiros das quebradas.

Mombaça (2016) me letrou que chafurdar o lixo também é possível no cânone e tradicionalismo das pesquisas em educação, usando, assim, uma submetodologia que não me assuste ou amedronte frente a uma batalha com os meus colegas. Toni Morrison, saudosa, nos deixou indicativos de que precisamos criar estratégias de ruptura com a ordem do silêncio que diuturnamente, dentro dessa sociedade atualmente polarizada, nos afirma que é “mimimi” dar nome aos nossos sofrimentos, às desigualdades, às políticas de

ódio e necrodestruidoras de nossas diferenças.

Explicados os aspectos que orientam a adoção de uma inflexão decolonial para essa pesquisa, empenho-me em assumir abordagens que realizam ocupações epistêmicas em intelectualidades trans e não cisgêneras do “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017) de pesquisadoras que ocupam essa existência no campo intelectual e social. Frantz Fanon (2008) afirma que a pessoa se entende colonizada quando observa que respira, vê e sente da mesma forma que seus colonizadores. O reconhecimento disso nos propõe partir de formas outras de pensamento ou de propor a inclusão de ativismos subalternos e contra-hegemônicos como um desafio epistêmico, pedagógico e político para quem faz pesquisa.

Na mesma medida, Vergueiro (2015, p. 42) entende que analisar as condições de existência das diversidades corporais e identitárias de gênero, tendo como suporte o colonialismo, significa entender a submissão de um grupo a outro considerado dominante:

Estas diversidades, a partir da percepção de que suas corpos e perspectivas de gênero são inferiorizadas e desumanizadas em relação às normatividades cisgêneras, teriam nela o interesse comum que definiria essa comunidade colonizada: tomar consciência da vigência de um sistema colonial de gênero consistiria, assim, em enxergar criticamente a hierarquização cistêmica e interseccional das perspectivas cisgêneras acima das diversidades corporais e de identidades de gênero, e em encontrar formas de resistência existenciais, socioculturais e políticas contra este regime de violências.

Observo que é preciso partir do “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017) das mulheridades travestis, transexuais e transgêneros interseccionados com elementos identitários e das diferenças que as definem a fim de encontrar justificativas possíveis para ilustrar uma necropolítica educacional. Propor que suas experiências sejam elevadas ao ambiente acadêmico com o objetivo de entender as suas justificativas que podem estar completamente desassociadas de autoculpabilização, ofertando diálogos para as políticas públicas educacionais de acesso, permanência e conclusão da escolarização como um projeto de vida associado, em muitos casos, com a sobrevivência e a felicidade.

Entendida a dinâmica das abordagens que orientam a pesquisa, parto para apresentar os aspectos práticos de execução da pesquisa. Refiro-me aos métodos de coleta de dados bibliográficos e das experiências educacionais vividas pelas travestis, transexuais e transgêneros do estado de MS. A pesquisa utiliza a revisão de literatura com o recurso bibliográfico de leituras, levantamento de obras sobre a intelectualidade e produção acadêmica trans para entender como essas mulheridades são pensadas nas pesquisas de âmbito nacional e também regional, evitando com isso o transepistemicídio.

Fiz um levantamento documental da produção acadêmica do estado sobre travestis-transsexuais-transgêneros nas escolas em MS, buscando, nestes materiais, as experiências vividas por elas no contato com as instituições escolares. Neste levantamento documental, utilizei descritores referentes ao tema: travestis-transsexuais-transgêneros nas escolas em MS no *Google Acadêmico*. Com estes dados, acessei os textos e me atentei para alguns pontos que poderiam representar o conceito de necropolítica. Mbembe (2016, p. 5) caracteriza a necropolítica como o “poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus

atributos fundamentais”. A transposição do conceito para o campo educacional pode ser entendida também como o apoio ou a invisibilização de corpos travestis-transsexuais-transgêneros no espaço educacional.

Diante dessa leitura, encontrei duas situações que podem ser caracterizadas como necropolítica dentro do espaço escolar, porque atinge diretamente os projetos de vida escolar de travestis-transsexuais-transgêneros. São eles: 1) nome social e uso do banheiro feminino como um problema para a unidade escolar; 2) violências sofridas na interação com a comunidade escolar. Acredito que estes dois pontos são suficientes para entender como estes corpos-existências são gerenciadas na relação com as outras pessoas que ocupam o sistema-mundo da instituição escolar.

A análise dos dados coletados levou em consideração pontos trazidos como um problema pelas participantes das pesquisas levantadas, dando condições de entender a necropolítica educacional direcionada para travestis-transsexuais-transgêneros. O *corpus* da análise foi constituído por 18 pesquisas que trazem aspectos ligados às dificuldades observadas; a conjugação dos critérios de pertinência dos textos incluiu: 1) publicações de autorias diferentes; 2) publicações cujo principal foco foi o de entender o acesso, a permanência e a conclusão da escolarização de pessoas travestis-transsexuais-transgêneros em MS; 3) publicações de áreas dentro das ciências humanas e sociais aplicadas que propusessem novas concepções para a leitura das dificuldades enfrentadas por travestis-transsexuais-transgêneros para na escolar permanecerem.

O processo de análise se deu em três etapas: 1) leitura de cada um dos documentos para levantar experiências vividas por travestis-transsexuais-transgêneros; 2) nova leitura, se necessário, para alocar as experiências vividas com o foco no conceito de necropolítica educacional; 3) construção dialógica com a teoria a fim de gerar resultados possíveis para pensar a escola como um espaço produtor de necropolítica para estes corpos.

Referencial teórico

O que é ser travesti, transexual e transgênero? Quero partir deste questionamento para iniciar o debate que proponho de entender o direito à educação na concepção do lugar de fala de pessoas que se caracterizam ocupantes desses corpos não cisgêneros. Berenice Bento (2008), na apresentação de sua obra, **O que é transexualidade?**, destacou que o *boom* midiático do meio da década de 80 foi a reportagem de uma revista que tinha o seguinte título: “A mulher mais bonita do Brasil é um homem”. Tratava-se de Roberta Close, que reivindicava sua identidade de gênero e teve de conviver, por anos, com o constrangimento de portar documentos que negavam a sua existência social feminina.

Para Bento (2008), o gênero é desfeito quando corpos transgressores desnaturalizam as normas sociais. Da mesma forma que são criados dispositivos de gênero e de sexualidades, também há dispositivos de transexualidades. Segundo a autora, o dispositivo de transexualidade age com a leitura de que ser transexual envolve, necessariamente, a cirurgia de transgenitalização. Tal dispositivo define o que é a verdadeira transexual.

Contudo, Bento (2008, p. 20) afirma que as pessoas transexuais não são as únicas que realizam trânsitos que rompem com a fixação de práticas de gêneros vinculadas ao sexo: “As/os travestis, os transgêneros, as drag queens, os drag kings são exemplos que desfazem a relação simplista vagina-feminino e pênis-masculino”. E completa: a transexualidade, a travestilidade e as pessoas transgêneros são expressões identitárias que explicitam a divergência com as normas de gênero edificadas sob a égide da cisheteronormatividade.

Busquei perspectivas oriundas de pesquisas dos últimos 15 anos para entender os usos e abusos dos termos travesti, transexual e transgênero em publicações geradas pelos movimentos sociais e nas pesquisas em educação com destaque para a intelectualidade trans. Dayana dos Santos (2010), por exemplo, em seu estudo de mestrado, **Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas**, abordou a instituição escolar e a experiência transexual nas escolas públicas sob o viés da reivindicação do direito à educação. Àquela época, Santos (2010) considerou turbulenta a experiência dessas pessoas na escola, o que desencadeava um mal-estar no sistema.

Para Santos (2010, p. 107), as travestis, de início, não eram o público-alvo específico de sua pesquisa. Elas apresentaram, entretanto, concepções equivalentes às das transexuais: “Em relação às/aos travestis e transexuais, a experiência de visibilidade que se instaura a partir da pedagogia do controle é a do excesso, pois são corpos e identidades para os quais não existe nem mesmo a possibilidade da existência do armário”. A despeito do enquadramento, a autora notou que muitas transexuais caracterizavam as travestis como portadoras de pouca feminilidade, o que denota a presença do dispositivo de transexualidade.

Mais recentemente, em sua pesquisa de doutorado, **Docência trans: entre a decência e a abjeção**, Santos (2017) defendeu que travestis, transexuais e transgêneros possuem reivindicações diversificadas, e destacou que é um erro epistemológico enquadrá-las no mesmo agrupamento identitário. As experiências de feminilidades trans são um território em disputa pelo poder de nomear as existências. As instituições sociais e os movimentos sociais acionam de modo frágil muitas explicações científicas para não regular rigidamente a nomeação de tais experiências. Para analisar a categoria travesti, Santos (2017) dialogou com os movimentos sociais para enfatizar que a constituição da identidade travesti é construída de forma singular e múltipla. Na concepção da autora, nem sempre as travestis participam da produção de material escrito, mas veiculam experiências orais, uma vez que nem sempre foi e nem sempre é utilizado como uma identidade, mas sim para definir situação momentânea de *gays* afeminados que se produziam com “[...] elementos e adereços inteligíveis como femininos, em situações específicas” (SANTOS, 2017, p. 121).

Fica explícito para Santos (2017) que a categoria travesti passa a ser uma forma de designar as “bichas pintosas” que utilizam adereços do universo feminino de forma passageira para se prostituir ou usar drogas. Trata-se de uma expressão identitária comum às décadas de 70 e 80, manipulada para fragmentar os subgrupos ligados ao movimento de lésbicas, *gays*, bissexuais, trans, intersexos e pluralidades (LGBTI+): “A utilização do termo travesti foi articulada historicamente como uma forma de separação entre eles – os

gays, sérios, confiáveis, trabalhadores, inseridos na sociedade e produtivos – e ‘os travestis’, ‘ridicularizáveis’” (SANTOS, 2017, p. 124).

Em minha pesquisa de doutorado, uma de minhas interlocutoras expressou a legitimação desse discurso do ser travesti vinculado às ruas, à prostituição e a uma vida infame. Trata-se da história de Luna, hoje com mais de 40 anos, Técnica de Enfermagem e de Farmácia, que expressou a memória de seu período de escolarização básica nas décadas de 80 e 90 no Oeste Paulista: “Na minha época, não era. Se eu fosse fazer transição, eu era jogada no meio da rua. Entendeu? Olha lá ela indo é... eu iria ser chamada de prostituta, de travesti de rua, eu ia ter que sobreviver fazendo programa (SILVA, 2020, p. 101-102).

Como se vê em Luna, o discurso sobre o ser travesti era (ou ainda pode ser) associado aos guetos da marginalidade e separava as pessoas normatizadas pelos sistemas morais daquelas que decidiam desrespeitá-los. Jaqueline de Jesus (2012), por sua vez, sublinhou que o termo travesti é estigmatizado e está ligado à produção de um discurso médico e das perspectivas psi. Entretanto, “é importante ressaltar que travestis, independentemente de como se reconhecem, preferem ser tratadas no feminino, considerando insultuoso serem adjetivadas no masculino: AS travestis, sim. Os travestis, não” (JESUS, 2012, p. 09).

Na constituição pluralista de subjetividades travestis, fica patente a busca pela expressão de uma forma de resistência e contra-conduta aos efeitos éticos, políticos e estéticos dos enquadramentos possíveis para as normas de gênero que têm o sexo biológico como padrão de existência social. Isso nos leva a discutir sobre a categoria transexual, uma vez que há pontos de intersecção com a categoria travesti, conforme destacou Santos (2017).

Nos movimentos sociais, o que se observa na construção da categoria transexual, segundo Santos (2017, p. 151), é a reprodução de um discurso médico: “Nesses contextos, seus corpos constituem-se em objetos de análise e substrato para a elaboração de teorias, diagnósticos e classificações”. No entanto, as experiências das interlocutoras de Santos (2017, p. 152) mostraram que não se trata somente de uma experiência patológica, mas também profana: “Todas/os as/os participantes da pesquisa, seja no grupo de discussão ou nas entrevistas individuais, relataram ter conhecimento de professoras trans*, travestis e cis* que se constituem como professoras da Educação Básica e profissionais do sexo”. Portanto, é impossível fixar conceitos sobre as categorias travestis e transexuais.

Muitos movimentos sociais de travestis e transexuais negam a utilização do termo transgênero ou a sua simplificação, trans. O argumento encontrado por Santos (2017, p. 160) para fundamentar essa afirmativa se relaciona com a recusa pela imposição “[...] como mais uma forma de colonização da militância trans”.

Segundo Jesus (2012, p. 7), o uso do termo trans não é consensual no Brasil, mas o reconhecimento da diversidade das formas de se vivenciar o gênero pode ser visto a partir da articulação de dois aspectos: “A vivência do gênero como: 1. Identidade (o que caracteriza transexuais e travestis); OU como 2. Funcionalidade (representado por crossdressers, drag queens, drag kings e transformistas)”.

Letícia Lanz (2014), em sua dissertação de mestrado em Sociologia, **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**, enfatizou que, mesmo existindo uma vasta dimensão de pesquisas em diferentes áreas que abordam travestis, transexuais, *cross dressers* e *drag queens*, a questão transgênero ainda é rasa nos estudos transbrasilieiros.

Em prólogo ao seu estudo, Lanz (2014) narrou as experiências de gênero vividas em seus 62 anos de idade à época de sua pesquisa. É interessante observar a sua história, uma vez que ela nos permite compreender que não há nada distante ou estranho ao que é verdadeiramente a experiência humana nesse mundo. Ela nos conta a sua experiência de anos trancafiada e acuada no armário, reprimindo-se para viver seguramente num mundo cisgênero, hetero-utópico, cisheteropatriarcal e, por que não dizer, machista.

Lanz (2014) manifesta uma experiência existencial de confinamento quando não podia se expressar feminina. Por muito tempo, acreditou que era “viado”, uma identidade sexual pejorativa atribuída a homens que expressavam conteúdo subjetivo-corpóreo feminino. Intensamente, Lanz (2014) afirmou que demorou muito tempo para se ver uma pessoa transgressora da categoria homem e da categoria mulher, cujo nome não tinha sequer definições exatas. É notória, em seu prólogo, a busca por palavras que metaforizam a transgeneridade como um território em que é impossível utilizar sentidos fixos.

Lanz (2014) enfatiza que a navegação por esse mar enunciativo é acidentada e cheia de surpresas, onde é perigoso se iludir com o que se manifesta na superfície. Nas palavras da pesquisadora, é um perigo se iludir ou se aventurar em tantas explicações velhas sobre trans. Destaca, ainda, que o território da orientação sexual acaba se entrecruzando com o território da reivindicação pela identidade de gênero e, por essa razão, o seu estudo se propõe a desconstruir cartografias transgêneras enquanto cartografias localizadas nos campos do submundo social. Para promover tal desconstrução, a autora, a partir de seu local de fala, dispõe-se a se desvencilhar de uma região “[...] que ainda se mantém praticamente oculta sob a espessa névoa do mito, do preconceito, da hipocrisia moral, do cissexismo, da crença sem fundamento e da pura e simples ignorância” (LANZ, 2014, p. 14).

Letícia do Nascimento (2021, p. 107), em sua obra **Transfeminismo**, caracterizou a impossibilidade de se firmar um único termo, o trans, para expressar as variadas formas de viver as feminilidades.

[...] não há como instituir um único conceito sobre travestigeneridade, transexualidade, não binaridade, mulheridade travesti, feminilidade travesti; e por aí vão as diferenças que constituem nossas performances trans*. É por isso que a ideia de reunir uma série de identidades e performances a partir de um único termo, “trans*”, é extremamente problemático.

Atualmente, os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) apontam que os estados ligados à região Centro-Oeste representam a terceira região que mais mata travestis-transexuais-transgêneros, bem como demonstraram que, comparado com os últimos cinco anos, a região aumentou o número de assassinatos contra essa população em 2022 (BENEVIDES, 2023). Além disso, há a atenção para a urgência de um

debate voltado para a proteção de crianças e adolescentes que não atendem às expectativas cisheteronormativas, sendo que nos últimos seis anos, houve um aumento de 33 casos de morte dessa faixa etária.

A partir desses dados, podemos concluir que uma pessoa transfeminina (travestis e mulheres trans) tem até 38 vezes mais chances de ser assassinada, sobretudo no espaço público que uma pessoa transmasculina ou não binária, considerando assim, que a sua identidade de gênero e os estigmas em torno das travestilidades como fatores de alto risco (BENEVIDES, 2023, p. 45, grifos da autora).

Proponho avançar para entender em Achille Mbembe (2016) a necropolítica. Mbembe (2016), com enfoque nos estudos foucaultianos acerca do poder, teoriza que a ideia de quem detém o poder de controlar a vida que será vivível e a vida que será matável permeia grandes guerras atuais pela soberania de exercer o direito de matar. Para fundamentar essa discussão, Mbembe (2016) afirma que é necessário entender as relações entre a razão e a política. Para o autor: “[...] a razão é a verdade do sujeito, e a política é o exercício da razão na esfera pública” (MBEMBE, 2016, p. 124).

Entremeando as questões da razão e da política, Mbembe (2016) ainda pondera sobre a questão da soberania, que tem como objeto de instrumentalidade não a luta pela autonomia das pessoas, mas sistematizar de forma generalizada a existência humana. Associada a essa relação entre razão e política, temos também a ideia de morte como um trabalho da política. A relação entre política e morte cotidianamente funciona num estado de emergência, um estado que nos remete aos domínios do possivelmente vivível e daquelas vidas que serão deixadas para morrer. Mbembe (2016) compreende que as vidas possíveis e as vidas passíveis de morte vinculam-se ao campo biológico.

Como exemplo disso, é possível visualizar a presença da raça como uma forma de analisar a relação entre política e morte. O racismo permite o uso de tecnologias destinadas a registrar no corpo a diferença: “Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2016, p. 128). Se a escola pode ser vista como uma instituição que regula, controla, vigia e pune corpos diferentes, consequentemente a função da transfobia é um resultado da função de distribuição da morte que a necropolítica gera. Práticas que ignoram a existência da transfobia ou a presença de estudantes travestis-transsexuais-transgêneros nas escolas representa uma forma de qualificar quais corpos são reconhecidos (preservados) e quais não serão.

Correlacionando com a questão das diferentes formas de matabilidade de corpos trans femininos, podemos afirmar que o Estado emprega mecanismos de biopoder que exercem o direito de matar. Logicamente que não de modo bastante visível, mas com mecanismos explícitos de saber-poder junto aos mecanismos pedagógico-institucionais que não reconhecem violências específicas contra pessoas LGBTI+ como crimes e outras dificuldades enfrentadas por essas pessoas em diferentes locais que oportunizam acessos.

Trazer corpos-existências travestis, transexuais e transgêneros para debater sobre os seus projetos educacionais de formação humana propõe entender a necropolítica

educacional. Permite saber em que peso o ambiente educacional contribui (ou não) para expulsão compulsória desses corpos do direito ao acesso, à permanência e a conclusão da escolarização básica. O ambiente educacional pode não ser um espaço que mata, conforme apresentei os dados, mas pode ser um espaço que mata projetos existenciáveis de formação humana, os quais poderiam promover outros projetos possíveis, de sobrevivência e felicidade, para as travestis, transexuais e transgêneros.

Resultados

No que se refere ao reconhecimento da identidade de gênero por meio do nome social, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e também a Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS) possuem legislações que asseguram o reconhecimento e tratamento de travestis, transexuais e transgêneros com o nome social em registros e documentos escolares.

Em janeiro de 2018, o MEC homologou resolução que trata da autorização do uso do nome social. Em ocasião de evento que culminou na assinatura da referida resolução, a Profa. Dra. Luma de Andrade, professora-pesquisadora-travesti da UNILAB, enfatizou que, durante toda sua trajetória de educação básica, viveu um processo de negação existencial, porque seu nome não era reconhecido e defende: “O nome ser negado significa o não acesso aos espaços educacionais. Portanto, se trata de um direito fundamental que é a educação. Tenho que ter o mesmo acesso à escola como todas as pessoas neste país, considerando as minhas singularidades” (BRASIL, 2018, s.p.).

O relatório gerado de Pesquisa Nacional sobre o ambiente educacional no Brasil, realizado em 2016, pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) trouxe 1016 respostas virtuais de estudantes LGBTI+ das cinco regiões brasileiras. Os dados confirmaram eventos ligados à violação cotidiana do direito de na escola permanecer.

[...] o relatório retrata níveis elevados e alarmantes de agressões verbais e físicas, além de violência física; ao mesmo tempo expõe níveis baixos de respostas nas famílias e nas instituições educacionais que fazem com que tais ambientes deixem de ser seguros para muitos estudantes LGBT, resultando em baixo desempenho, faltas e desistências, além de depressão e o sentimento de não pertencer a estas instituições por vezes hostis (ABGLT, 2016, p. 13).

Se elas estão lá, o que tem de ser investigado, então, é a questão de como é vivida a sua permanência; como este (c)istema escolar, que reflete a cisheteronormatividade, acolhe as travestis, transexuais e transgêneros, pesando o olhar para as condições em que ocorrem a permanência e o direito à educação. Para enfatizar o cenário das políticas de morte, Benevides e Nogueira (2020, p. 20) apontaram que os ambientes educacionais poderiam ser espaços aliados em ações de prevenção, porém é notória a: “[...] 1) Falta de campanhas de educação/prevenção da violência transfóbica; 2) Ausência de projetos, ações e campanhas sobre educação e empregabilidade para a população trans [...]”. Situação que se repete nos dossiês mais recentes apresentados pelas pesquisadoras junto

à ANTRA. Essas situações, associadas ao desmantelamento em outras políticas sociais, afetam significativamente a sobrevivência de pessoas trans e a permanência em diferentes instituições sociais.

Benevides e Nogueira (2020, p. 41) assinalaram também que o pânico moral que o movimento ultraconservador e ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) gerou com a falácia da ideologia de gênero tornou o assunto mais difícil de ser alvo de práticas e políticas mais amplas envolvendo ações educacionais direcionadas ao tratamento do gênero e das sexualidades por parte das escolas. Urge a discussão sobre o assunto.

No âmbito das pesquisas produzidas sobre a temática no estado de MS, encontrei em torno de 18 pesquisas a partir da utilização do descritor travestis-transsexuais-transgêneros em Mato Grosso do Sul no *Google Acadêmico*. O corpus baseou-se em: tese (1); dissertações (6); monografia (1); artigos científicos publicados em revistas (9) e trabalhos completos publicados em anais de eventos (1).

Quadro 1. Pesquisas encontradas no *Google Acadêmico*

Título	Autoria	Ano	Tipo
A violência e o preconceito: as formas da agressão contra a população LGBT em MS	Ana M. Gomes; Aparecido F. dos Reis e Keith D. Kurashige	2013	Artigo
Vidas vivas e (in)viáveis?: análises de homicídios de travestis no estado do MS	Hisadora Lemes	2013	Monografia
Território e territorialidade travesti/transsexual em Três Lagoas (MS)	Geise Teixeira do Nascimento	2015	Dissertação
Memórias de professoras transsexuais no Leste de Mato Grosso do Sul	Fabiana di Pieri	2017	Dissertação
Discursos entre perspectivas e resistências em relação às estudantes travestis nas escolas	Fernando da Silva e Eliane R. Maio	2017	Artigo
O Fracasso Escolar de Mulheres Transsexuais e Travestis nos Trabalhos Apresentados no Gt-23 da ANPED, no Período de 2005 a 2015	Tatiane da S. Lima e Constantina X. Filha	2017	Artigo
A travesti, a onça pintada e a sucuri: reflexões sobre regimes da visibilidade no Pantanal/MS	Tiago Duque	2019	Artigo
Desenvolvimento para quem? Os T's dos LBTT+ e o mercado de trabalho em duas cidades de Mato Grosso do Sul – Coxim e Campo Grande	Antonio H. M. Lima	2019	Artigo
Travestis e transsexuais no mercado de sexo em Três Lagoas/MS	Edimilson C. da Cruz	2019	Dissertação
"Humano que não se pode consertar": a necropolítica dos corpos femininos	João Victor Rossi e Simone Becker	2019	Artigo
"Ela é boa de cuspir, maldita Geni!": reflexões sobre violências contra os corpos dissidentes de travestis em campo grande/MS	Gabriel L. P. Nolasco; Zaira de A. Lopes e Dyego de O. Arruda	2020	Artigo
Marcas necropolíticas sobre corpos dissidentes em Mato Grosso do Sul/MS	Esmael A. de Oliveira e Joalisson O. Araujo	2020	Artigo
A gente não tem parada: etnografia e deslocamentos (de) travestis.	André Rocha Rodrigues	2020	Tese
A biografia de uma professora transsexual em Brasilândia/MS: diálogos formativos e percursos sobre a diversidade sexual	Hélida R. de Lima Carlos	2021	Dissertação
Experiências trans femininas/trans masculinas e travestis: arranjos e estratégias para vidas vivíveis na cidade de Campo Grande/MS	Adriana C. Lopes Lino	2021	Dissertação

A identidade de gênero no Instituto Penal de Campo Grande/MS	Jamille P. Deghaiche; Heitor R. Marques e Ana C. Rodrigues	2021	Artigo
Memória e Luta: um estudo sobre a Associação de Travestis de Mato Grosso do Sul (ATMS)	Ludmila N. Müller	2021	Trabalho completo
Percorrendo corpos-territórios: uma etnografia sobre sociabilidades trans na cidade de Campo Grande/MS	Ariel D. dos santos	2021	Dissertação

Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

As pesquisas acima encontradas referem-se ao período de 2013 a 2021, em que demonstra-se uma geração de conhecimento maior por meio dos periódicos científicos. O conhecimento gerado por meio de pesquisas sobre a temática demonstra um aumento significativo principalmente em 2021. Dentre as pesquisas que tratam da questão da escolarização, encontrei 6: Nascimento (2015); Di Pieri (2017); Silva e Maio (2017); Cruz (2019); Carlos (2021); Lino (2021). Tais pesquisas foram denominadas de Pesquisa 1; Pesquisa 2; Pesquisa 3 e assim respectivamente até a 6ª. Foram encontrados outros 3 estudos no formato de artigo científico, mas desconsidere-os porque eram de autorias que já haviam sido retratadas: Gisele Teixeira do Nascimento; Fernando G. O. da Silva, Eliane R. Maio e Antonio H. M. Lima. A ideia, com isso, foi de atentar para a novidade da autoria e da possibilidade de serem trazidas realidades de outras participantes.

A análise da estrutura dos 18 estudos realizados sobre a temática em discussão, mapeou 6 materiais que trataram de experiências vividas de escolarização de travestis-transsexuais-transgêneros em MS. Levantei em torno de 43 interlocutoras com histórias de escolarizações no estado, em especial em locais que se situam em cidades com a quantidade de habitantes em torno de 22 mil a 916 mil habitantes (IBGE, 2020), considerando que o escopo envolveu os municípios de: Campo Grande (916.001 mil/hab), Cassilândia (22.022 mil/hab), Coxim (33.459 mil/hab.), Paranaíba (42.276 mil/hab.) e Três Lagoas (132.152 mil/hab.). No entanto, notou-se que as experiências de escolarização envolveram outro município do estado, como Ribas do Rio Pardo; momento em que uma participante trouxe experiência de captura pela homossexualidade por conta de comportamento femininos que a tornava identificada como um *gay* afeminado e não como travesti.

Quadro 2. Interlocutoras por pesquisas

Pesquisa	Quantidade de interlocutoras
Pesquisa 1 – Nascimento (2015)	15 entrevistadas: 10 travestis e 5 transexuais, idades entre 19 e 38 anos.
Pesquisa 2 – Di Pieri (2017)	2 entrevistadas: 2 transexuais, idades entre 40 e 45 anos.
Pesquisa 3 – Silva e Maio (2017)	1 entrevistada: travesti de 18 anos.
Pesquisa 4 – Cruz (2019)	20 entrevistadas: 13 travestis e 7 transexuais, idades entre 21 e 40 anos.
Pesquisa 5 – Carlos (2021)	1 entrevistada transexual com 30 anos.
Pesquisa 6 – Lino (2021)	4 entrevistadas: 3 trans e 1 travesti, idade entre 30 e 47 anos.

Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

No quadro 1, as pesquisas demonstram resultados dos últimos 10 anos, considerando que algumas foram realizadas em anos anteriores à publicação do texto. As participantes da pesquisa possuíam idades entre 18 e 56 anos quando da realização da

pesquisa. Destas, cerca de 18 demonstraram que passaram pelo processo de transição de gênero durante a escolarização básica ou por algum momento de escolarização quando adultas. Mais de 50% das interlocutoras apresentaram a ausência de apoio familiar seguida de expulsão, de violência e rompimento integral dos vínculos familiares.

Em relação à permanência e ao abandono, dei a devida atenção para aquelas que viveram o processo de transição de gênero no período de escolarização, seja ele na idade certa durante a adolescência ou seja em processos de escolarização atuais, mais recentes durante a vida adulta ou quando do retorno à escolarização. O quadro abaixo demonstra:

Quadro 3. Permanência e abandono

Pesquisa	QTD de travestis-transsexuais-transgêneros	Permanência escolar	Justificativas para o abandono
Pesquisa 1	15	2 possuíam Ensino fundamental incompleto (EFI), 2 Ensino Fundamental completo (EFC); 2 Ensino médio incompleto (EMI); 8 Ensino médio completo (EMC) e 1 Ensino superior incompleto (EMI).	Não há pretensão de voltar a estudar, porque não é um projeto de vida; não tem vocação para estudos; preconceitos por parte de professores e comunidade escolar; perseguição de professores.
Pesquisa 2	2	Processo de transição ocorreu durante a docência	Saída da sala de aula e ida para outro cargo, porque seria um problema transicionar; desistência da carreira docente, porque a prefeitura não aceitava.
Pesquisa 3	1	Durante a transição evadiu e depois retornou.	Evasão por conta do desrespeito ao uso do nome social e do banheiro feminino. Exposições diárias com piadas racistas por parte dos professores e de outros colegas.
Pesquisa 4	20	5 com EFI; 1 com EFC; 5 com EMI; 7 com EMC e 2 cursando ES.	Deslocamento; discriminação; bullying transfóbico; naturalizou a rejeição; xingamento, zação, perseguição; despreparo docente.
Pesquisa 5	1	Transição ocorreu durante a graduação	Relata permanência, mas situações de transfobia dentro da universidade.
Pesquisa 6	4	2 EM, 1 ES e 1 cursando ES	Preconceitos e piadinhas.

Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Ao analisar os materiais das pesquisas, acessei memórias, relatos de experiências, biografias, os quais me fizeram perceber que a transição de gênero foi feita por algumas travestis e transexuais durante o período de escolarização. Encontrei em torno de 18 travestis e transexuais que apresentaram experiências de permanência e outras ligadas ao abandono. O restante das participantes encontradas (refiro-me às 25 interlocutoras restantes) iniciaram o processo de transição depois da fase adulta, como docentes da educação básica ou como estudantes da graduação. Começaram a transição na escola: 2 (Pesquisa 1); 1 (Pesquisa 3); 14 (Pesquisa 4) e 1 (Pesquisa 6).

Em relação à escolarização, confirmo que 58,5% (25 interlocutoras) concluíram o Ensino Médio, sendo que 4 estavam cursando o Ensino Superior e 4 já haviam concluído. Aquelas que estão na faixa de 41,5% não concluíram o Ensino Médio, sendo 18

interlocutoras que possuem: 7 Ensino Fundamental Incompleto; 3 Ensino Fundamental Completo e 8 Ensino Médio Incompleto. Com estes dados, observo que há a presença de travestis e transexuais nos processos de escolarização do estado de MS.

No entanto, o fato de termos um dado relevante para entender que estes corpos estão presentes nos diferentes cotidianos institucionais de níveis e modalidades de ensino pela educação pública sul-mato-grossense não significa que não há parâmetros para confirmar uma suposta necropolítica existente. Vimos, no quadro 3, possíveis justificativas nas histórias de vida educacional daquelas que conviveram com o processo de transição durante a escolarização que podem representar uma necropolítica.

Ao se atentar para uma permanência atingida por piadas transfóbicas, situações vexatórias e processos de desumanização, estamos diante das engrenagens da necropolítica que gerencia um corpo para o não lugar: o direito de não estar em um espaço educacional institucionalizado em padrões moralistas, normativos e de controle disciplinar de corpos. A situação fica mais visível nos casos em que algumas docentes trans, precisaram abandonar o exercício da docência em sala de aula para ir para outros âmbitos da organização do trabalho pedagógico, como a coordenação ou gestão escolar, para se verem mais livres para exercerem com liberdade a transição de gênero. Ao serem retiradas de dentro de suas salas de aulas, significa que o seu corpo não pode estar em contato com a educação de crianças pequenas nos casos em que cita Mila, interlocutora de Di Pieri (2017).

A proposta de compreender a escola como produtora de necropolítica para vidas trans femininas não possuía o objetivo de apreender histórias de vida de sofrimento, violências e outras tantas formas de invisibilidades direcionadas para essas pessoas. No entanto, de entender as vidas que se estruturam a matriz de inteligibilidade que desqualifica estes corpos de estarem no ambiente escolar, olhando para as narrativas que justificam a desistência por ter os processos educacionais como um projeto de sobrevivência, de felicidade e de formação humana para além das questões que tenham o trabalho como foco para se viver bem.

É o que entende Vincent Goulart e Henrique Nardi (2022); os autores apontam para a discussão da cisgeneridade como um mecanismo que opera interseccionalmente nos crimes do Estado contra pessoas trans. Estando na condição de reconhecimento e legitimidade, a cisgeneridade exerce um controle desigual, com vigilância e violência de pessoas trans. O fato de muitas políticas educacionais desconsiderarem corpos e existências trans dentro das escolas sinaliza para a engrenagem da necropolítica: “A ausência de pessoas negras e trans, por exemplo, sequer serão sentidas, visto que o extermínio dessas populações trata-se de uma necessidade de segurança; da preservação de uma moral, de uma cultura, da branquitude e da cisgeneridade, em especial” (GOULART; NARDI, 2022, p. 16).

E os autores adicionam:

O racismo, a cisheteronorma, o classismo e o fascismo (que se nutre destas lógicas coloniais) mantêm vivos os processos de patologização e deslegitimação do gênero/sexo de pessoas T: ainda hoje, pessoas cisgêneras são tomadas como naturais, “normais” e legítimas, enquanto que pessoas T não passam de “armadilhas”, “anormalidades”,

“mentiras”, vinculando à identidade a um enquadramento psíquico. Ou seja, pessoas T “pensam”, “sentem-se” e “afirmam-se” enquanto homens/mulheres, enquanto que pessoas cisgêneras simplesmente são, pois “nasceram assim”, uma lógica fascista, colonial e necropolítica (GOULART; NARDI, 2022, p. 20).

Situações como as narradas pelos autores demonstram o que as interlocutoras trazem e repetem incansavelmente em todas as pesquisas: preconceitos expressos pela comunidade escolar sobre as suas identidades de gênero. Há muitas histórias de trans que se apropriam de uma representação de escola que não tem lugar para elas, isso fica mais presente nas histórias de trans interlocutoras das pesquisas levantadas que possuíam idades acima de 35 anos, nas faixas que não conseguiram concluir o ensino médio: “[...] o que revela as dificuldades e impactos de processos de discriminação sofridos na vida escolar, considerando que quase todas desde a infância e adolescência já demonstravam comportamentos não héteros” (CRUZ, 2019, p. 20). Isso leva a entender que a escola não era espaço para travestis e transexuais nas décadas de 80, 90 e a primeira década dos anos 2000.

Abaixo segue a experiência escolar de Fernanda, interlocutora de Cruz (2019, p. 91)

Tinha 16 anos como eu disse e também por conta e também por que era muito preconceito, moleque sempre zoa, eu sempre fui muito feminina mesmo quando era rapaz! Então por esses motivos, é um dos motivos por quais eu abandonei os estudos. A escola eu parei e voltei estudar tem uns três anos, não tive problema na escola... Só teve problema com um certo professor que insistia em não chama-la pelo nome social.

Se a produção da permanência é algo que diz respeito não tão somente à família ou às alunas trans e travestis, podemos afirmar que há uma questão que envolve investimento político, de gestão educacional e escolar, coordenação pedagógica e trabalho pedagógico. Diante de histórias que demonstram precariedade do sistema educacional para assegurar em termos de qualidade a permanência de travestis e transexuais nas escolas, significa que as políticas estão gerenciando por meio da educação formas de acesso e de exclusão. Às vezes, o charme da conclusão da escolaridade se torna uma rede discursiva inconsciente para a pessoa trans; são tão poucas que conseguem concluir o ensino médio e ingressar no ensino superior que, no próprio bojo dos debates, elas não conseguem observar quando as clivagens da exclusão chegam até elas de forma diferente.

Pode-se dizer que as poucas trans que conseguiram permanecer e concluir a escolarização ou quando retornaram tiveram que compensar comportamentos de perda da norma cisgênera. Isso representa um efeito da necropolítica. Em sua pesquisa de doutorado, Silva (2020) demonstrou que duas de suas interlocutoras, Gabrielly e Luna, conviveram com este processo de não se atentar para os efeitos da transfobia escolar. Elas eram bem tratadas dentro do espaço institucional, frequentavam banheiros femininos, usavam tranquilamente de seus nomes sociais e depois retificados, mas quando demonstravam afeto, interagiam com os demais, ou não tinham boas notas, comparava os efeitos das técnicas disciplinares do poder para dizer: “tome cuidado para não se tornar travesti de rua e que tem a prostituição como vida” (SILVA, 2020, p. 45).

Com essas experiências diversas, a engrenagem da cisgeneridade correlacionada com a engrenagem da necropolítica se unem para definir o corpo que tem condições de ter acesso ao ambiente escolar e de nele permanecer, sem que, para isso, tenha de fazer um esforço para compensar as suas perdas de construções culturais dominantes no contexto do gênero e da sexualidade. A sensação de que o espaço escolar não é para uma pessoa trans gera desconforto porque o padrão de felicidade e de vida perpassa por algumas realizações dentro da sociedade, sendo que a formação, o trabalho e a constituição familiar estão em constante domínio colonial de uma vida próxima do normal biologicamente determinado.

Ao sofrerem rejeição de toda a ordem dentro das escolas, as travestis e transexuais alimentam a sensação de inadequação social, desestabilizando um fortalecimento emocional que poderia ser o gás para o enfrentamento da transfobia. Como fazer isso sem apoio institucional a que, em muitos casos, se acrescenta ao desapoio familiar, levando a questionar: “Será que com a faculdade, eu conseguiria um emprego mesmo sendo uma travesti? Não”, pensava Cah, travesti participante da pesquisa de Nascimento (2015, p. 40).

A necropolítica confirma-se no entendimento de Goulart e Nardi (2022, p. 31) quando a família não apoia as suas crianças e adolescentes trans, processo reforçado pelas escolas quando não incluem discussões que envolvem transfobias escolares direcionadas a estes corpos nas propostas pedagógicas e curriculares: “É inegável que essa trilha de violações de direitos gera sofrimento e evasão escolar”.

Os dados apresentados corroboram também com a afirmativa de que cerca de 88,3% (38 participantes) apresentaram situações de transfobia que poderiam representar um possível rompimento com a permanência e culminar na desistência da escolarização na época em que fizeram a transição ou pensavam em fazer. A necropolítica surge nestas histórias de vida de pensamento de desistência escolar quando se atenta para os seguintes dados: 1) as narrativas de ausência de apoio familiar, 2) possibilidade de suicídio e de autolesão, 3) isolamento dentro da unidade escolar e na vida social e 4) dificuldades de construir vínculos afetivos duradouros.

Se, com essas informações, a instituição escolar, por meio de seus(as) agentes, não toma atitudes profissionalizadas para resolver o problema da transfobia escolar, significa o funcionamento do biopoder. Diante isso, configura-se como um local de exclusão à proporção que torna precarizada a presença e permanência de pessoas trans.

O biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico - do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo racismo (MBEMBE, 2016, p. 128).

Cria-se um processo de divisão social de corpos que estão dentro dos padrões e das normas e aqueles que dela escapam. Um processo político divisório que determina as pessoas que terão maximizadas o seu direito de ter uma vida digna e aquelas que não. Nos

termos de Mbembe (2016), pode-se dizer que a vida da pessoa trans nas escolas está subjugada ao poder de morte. A morte, nesse caso, não diz respeito apenas à extinção física, mas, também, a formas simbólicas de expor pessoas trans à precarização de suas vidas, que contribuem para a potencialização da morte física. Nesse sentido, Foucault (2005, p. 306) entende que: “É claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição etc.” Essa concepção de Foucault (2005) nos auxilia a interpretar que há diversas mortes da pessoa trans, sendo que a educação possui formas específicas de causar isso: silenciamentos docentes; apagamento curricular; diferentes formas de abandono escolar; pânico moral gerado pela ofensiva antigênero etc.

No caso da pessoa trans, a política de morte conjuga racismo e identidade de gênero dissidente que confluem em processos demarcadores das desigualdades que afetam a permanência delas nas escolas. Desde a modernidade, como bem nos propõe entender Mbembe (2016), vêm sendo construídas as formas de fabricação do outro e da diferença como justificativa para a sua aniquilação e a sua destruição. As pessoas trans, por ocuparem o lugar das diferenças, são alvo de toda uma prática discursiva que simboliza, em alguns casos, questões patológicas, ambientes imorais e da prostituição; de forma sucinta, representam o perigo para um modelo de vida enquadrado pela norma cisheterossexista circunscrita nas bases religiosas.

Com este estudo, quero destacar que não é apenas a exposição à morte física que expressa a necropolítica. Há outras maneiras de afetar as pessoas que podem ser caracterizadas como necropolítica: o alijamento de uma vida digna por meio da educação, por exemplo. Ao olhar para as histórias, narrativas e memórias de travestis, transexuais e transgêneros em MS, observa-se pouca diferença com a questão trans no Brasil de forma geral. São notórias experiências de desumanização em diferentes medidas, basta um olhar atento para entender as vias possíveis em que um corpo transfeminino tem viabilidade para ser representado como algo normal dentro do espaço escolar, na cultura, nas cidades, nos espaços de forma geral, sem causar tanto espanto ou ser entendido como exuberante.

Pessoas trans (femininas e masculinas) incomodam com a sua presença há muito tempo, manchando a imagem cisheterossexista. Há um esforço para deixá-lo ainda no lugar do desprivilégio social, evitando que consigam chegar aos espaços antes não alcançados. Não é possível falar de apagamento total, porque há muitas pesquisadoras que tem demonstrado de forma radical a maneira como a cisgeneridade contribui para invisibilizar demandas trans.

É como se houvesse um corpo trans, mas que, para ter respeito nos diferentes cenários sociais, precisasse usar máscaras cisheterossexistas. Ao expressar comportamentos e atitudes não cisheterossexistas, existências trans são levadas ao não ser e à desumanização.

Considerações finais

Ao realizar uma pesquisa bibliográfica exploratória sobre a educação de travestis-transsexuais-transgêneros no MS, a ideia foi a de entender como as pesquisas nessa região estão registrando as condições de produção da permanência escolar. A estrutura cisheterossexista permite que tais corpos tenham a permanência garantida e, com isso, ofertam a manutenção de seus projetos educacionais? A resposta para essa questão orienta o entendimento da existência de uma necropolítica educacional voltada para corpos trans. Muitas experiências educacionais entre as décadas de 90 e início dos anos 2000, trouxeram problemas que funcionaram como entraves para a efetiva permanência escolar.

Este evento, por sua vez, começou a mudar quando as pesquisas trouxeram experiências mais recentes no estado. No entanto, não significa que há elementos suficientes para dizer que não ocorra situações de transfobia dentro das unidades escolares do estado. Apenas se pode enfatizar que a situação da instituição escolar atualmente se difere de décadas passadas. Isso decorre do avanço que as discussões sobre gênero e sexualidades podem ter alcançado a ponto de despatologizar identidades trans.

Em MS, há legislações que autorizam o uso do nome social nos registros escolares, desde que o(a) aluno(a) tenha autorização de seus(as) responsáveis. Trata-se de um evento que possibilita a permanência e coloca a discussão no nível dos direitos humanos. No entanto, pode ser que sejam querelas da precarização da cidadania dirigida a estes corpos, uma vez que não há protocolos específicos de formação contínua docente e ações voltadas para informar toda a comunidade escolar.

Situações assim demonstram como as engrenagens da necropolítica atingem estes corpos direta ou indiretamente, impedindo que tenham condições de na escola permanecer. Eventos que, combinados, geram as vias da desumanização, a ausência de apoio das famílias e da comunidade escolar, contribuindo para gerar os mecanismos de exclusão e expulsão escolar. A transfobia como uma dimensão da necropolítica educacional ocorrerá de forma sutil.

Pode-se dizer que estes corpos nos anos 90 não permaneciam nas escolas porque, naquele tempo, a escolarização obrigatória estava gradativamente atingindo toda a parcela da população. A desistência ocorria porque não havia toda uma rede de atenção à família que poderia auxiliar a restauração do vínculo familiar e escolar. Atualmente, já existem políticas de apoio familiar que podem contribuir para a redução dos casos de desvinculação familiar ou aceitação, caso a família vir a expulsar uma aluna travesti-transsexual-transgênero.

Notou-se a ausência de intelectualidade trans sul-mato-grossense na produção do material levantado para entender o assunto na região. Da mesma maneira em que, em maior peso, as pesquisas posicionam demandas trans-travestis-transsexuais como assuntos de diversidade sexual como se o gênero não estivesse incorporado no debate. Trata-se de uma fragilidade das pesquisas desenvolvidas que foram filtradas para a elaboração das afirmações deste estudo.

A discussão também apontou, a partir das experiências vividas pelas estudantes travestis-transsexuais-transgêneros no estado, que sutilmente se passa um atendimento educacional inclusivo para pautas da identidade de gênero; no entanto, é notório que não existe tratamento das questões de gênero e de diversidade sexual na proposta pedagógica, nos conteúdos curriculares e quando ocorrem situações de transfobia. O fechamento para o debate sobre as diferentes violências que ocorrem nas escolas e afetam as alunas travestis-transsexuais-transgêneros não faz parte de pautas dos corpos que se devem preservar, proteger e promover frente às políticas para o bem viver.

Sutilmente são empregadas formas de inclusão num universo excludente. O fato de haver estudantes transfemininas ou transmasculinas nas escolas não significa que se produziu inclusão com equidade. Ter um corpo conhecido é muito distante de ter um corpo reconhecido; quando se reconhece algo como importante, ele passa a ser responsabilidade, protegido e preservado. Deste modo, quando não há o reconhecimento destes corpos e corpos dentro das escolas, ocorre a matança de seus desejos.

Por mais que seja obrigatória, a escolarização torna-se uma projeção de crianças, adolescentes e adultos que não tiveram a oportunidade na idade certa. O espaço educacional da escola é necropolítico ao impor que o corpo transmasculino e transfeminino não é desejável e, com isso, passível de ser expulso. Esses projetos de escolarização, por envolver a busca pela profissionalização e pela sobrevivência, podem ser eliminados do ambiente escolar porque não se ajustam aos padrões de poder ser, sentir e agir com um endereçamento cisheterocêntrico. Talvez um projeto de felicidade para algumas pessoas, uma vez que formação e renda vinculam-se à busca pela sobrevivência. Esta, por sua vez, garante renda, o que financia momentos de prazer, lazer, cultura e outras questões necessárias para o enfrentamento de uma vida precarizada pelas relações capitais.

Boas oportunidades educacionais geram projetos de vida, de felicidade e de sobrevivência que podem ser exterminados pela escola quando esta reproduz práticas rebiologizantes e reafirmadoras das hierarquias sexuais e de gênero para travestis-transsexuais-transgêneros.

Referências

ABGLT. *Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2016: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais em nossos ambientes educacionais*. Curitiba: Editora da ABGLT, 2016.

BARBOZA, Adrian H. F. Desaprendizagens, pensamento fronteira-queer e a sala de aula. In: X Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnico-Racial e de Gênero, on line, X, 2021. *Anais...* Cuiabá: ABEH, 2021.

BENEVIDES, Bruna. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara N. B. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais em 2020*. São Paulo: Expressão popular, 2020.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade?* São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

CARLOS, Helida R. de L. *A biografia de uma professora transexual em Brasilândia/MS: diálogos formativos e percursos sobre a diversidade sexual*. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, três Lagoas, 2021.

CASTELEIRA, Rodrigo P. Produções artísticas brancas não são racializadas? Discussões estéticas sob a categoria de branquitude nas obras de Pierre Verger. *Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 21, ed. esp, abr. 2022. p. 93-1000. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60263/751375153964>. Acesso em: 15 set. 2023.

CORAZZA, Sandra M. Contribuições de Deleuze e Guatarri para as pesquisas em educação. *RAV*, Santa Maria, n. 5, v. 8, mar. 2012. p. 125-144. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/5298/3225>. Acesso em: 09 jun. 2021.

CORAZZA, Sandra M. Para artistar a filosofia-educação: sem ensaio não há inspiração. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 17, n. 34, mai-ago. 2008. p. 237-254. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/download/535/456>. Acesso em: 18 out. 2023.

CRUZ, Edimilson C. *Travestis e transsexuais no mercado de sexo em Três Lagoas/MS*. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2019.

DI PIERI, Fabiana. *Memórias de professoras transexuais no Leste de Mato Grosso do Sul*. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2017.

DUARTE, Newton. O currículo em tempos de obscurantismo beligerante. *Rev. Espaço do Currículo (online)*, João Pessoa, v.11, n.2, p. 139-145, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2018v2n11.39568>. Acesso em: 12 maio 2021.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola sem partido: Gaudêncio Frigotto na Faculdade de educação da UNICAMP. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 19, n. 42, set./dez. 2017. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/4137>. Acesso em: 15 set. 2023.

GOULART, Vincenti P.; NARDI, Henrique C. Vidas inimigas, necropolítica e

interseccionalidade: da exclusão na educação ao suicídio/assassinato de pessoas trans. *Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade*, Salvador, n. 11, v. 1.2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/45614>. Acesso em: 15 set. 2023.

hooks, bell. *Ensinar a transgredir: a educação como prática de liberdade*. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IBGE. *Mato Grosso do Sul*. Brasília: Governo Federal, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>. Acesso em: 15 ago. 2023.

JESUS, Jaqueline. *Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos*. 2 ed. Brasília: Fundação Biblioteca Nacional, 2012.

LANZ, Letícia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. 342f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LINO, Adriana C. L. *Experiências trans femininas/trans masculinas e travestis: arranjos e estratégias para vidas vivíveis na cidade de Campo Grande/MS*. Dissertação (Mestrado em estudos culturais) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2021.

MATO GROSSO DO SUL. *Resolução 3.443, 17 de abril de 2018*. Dispõe sobre o uso e o registro do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais nos documentos escolares. Publicado no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul, em 18 abr. 2018. Disponível em: https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO9638_18_04_2018. Acesso em: 1 dez. 2023.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1 edições, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução que autoriza uso de nome social é homologada pelo Ministério da Educação*. Brasília, 17 jan. 2018. Seção respeito às diferenças.

MIGNOLO, Walter. Desobediência Epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287–324, 2008. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

MOMBAÇA, Jota. Rastros de uma submetodologia indisciplinada. *Concinnitas*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 28, set. 2016. p. 341-354. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/25925>. Acesso em: 15 maio 2023.

NASCIMENTO, Gisele T. *Território e territorialidade travesti/transsexual em Três Lagoas (MS)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2015.

NASCIMENTO, Letícia C. P. do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

RAYARA, Megg. *O diabo em forma de gente: (r)existência de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Polén, 2017.

SANTOS, Dayana B. C. dos. *A cartografia da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas*. 210f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SANTOS, Dayana B. C. dos. *Docências trans*: entre a decência e a abjeção*. 447f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SILVA, Fernando G. O. da. *Contribuições da interseccionalidade com as diferenças para se problematizar o saber-fazer docente*. Jardim: UEMS, 2019.

SILVA, Fernando G. O. da. Contribuições da interseccionalidade para a didática e as práticas de ensino em uma perspectiva decolonial. In: POLIZEL, Alexandre; et al. *Educações para as ciências e as diversidades: algumas questões para pensar o presente*. Curitiba: Editorial Casa, 2022. p. 163-182.

SILVA, Fernando G. O. da. *A necropolítica educacional a partir de itinerários formativos projetados por travestis-transsexuais-transgêneros trabalhadoras sexuais e/ou putas da Rodovia Vital Brasil, em Jardim/MS*. Jardim: UEMS, 2021.

SILVA, Fernando G. O. da; MAIO, Eliane. R. Discursos entre perspectivas e resistências em relação às estudantes travestis nas escolas. *Nuances*, Presidente Prudente, v. 28, n. 1, p. 147–166, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/4228>. Acesso em: 12 set. 2023.

SILVA, Fernando G. O. da. Se eu fosse fazer transição, eu era jogada na rua: vida precária, universo trans e educação. *Cadernos de educação*, Pelotas, n. 63. jan./jun. p. 42-61. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/16234/11978>. Acesso em: 02 nov. 2023.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidade de gênero inconforme: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. 244f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

YORK, Sara W.; OLIVEIRA, Megg R. G. de; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 28, v. 3, jul/ago. 2020. p. 1-12. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/75614>. Acesso em: 09 jun. 2023.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2007.

Como citar este documento:

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da. Discussões sobre necropolítica educacional de travestis-transexuais-transgêneros em Mato Grosso do Sul. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 30, e15191, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rep.v30i0.15191>.